

CONSELHEIRO PENA - MG Poder Legislativo

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/2017

Institui a Escola do Legislativo na Câmara de Vereadores de Conselheiro Pena

O Presidente da Câmara de Vereadores de Conselheiro Pena - MG Faço saber que o Plenário aprova e eu, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º- Fica criada a Escola do Legislativo na Câmara de Vereadores de Conselheiro Pena que desempenhará a função de núcleo de estudos, formação, aperfeiçoamento, educação, capacitação e suporte técnico do Poder Legislativo Municipal, que funcionará nos termos desta Resolução no âmbito da Câmara Municipal de Conselheiro Pena .

Parágrafo Único - A Escola do Legislativo, da Câmara Municipal de Conselheiro Pena, poderá associar-se à ABEL - Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas, à Rede Nacional de Escolas de Governo e outras instituições e organismos que realizem o intercâmbio de informações e o fortalecimento da educação institucional pública e legislativa.

Art.2º- Para a consecução dos seus objetivos, a Escola do Legislativo também será assistida pela Secretaria da Câmara e dos Vereadores que apresentarem projetos de trabalho que favoreçam a Formação de Liderança.

Art.3º- A Coordenação da Escola do Legislativo com seus programas no âmbito da Câmara Municipal será de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que tomará suas decisões de forma democrática e colegiada com os diversos parceiros que estarão envolvidos na consecução de seus projetos.

Art.4º - São objetivos da Escola do Legislativo :

I- Promover a educação para a cidadania e para a democracia no Município II- Desenvolver atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento cultural, político e profissional dos parlamentares, funcionários e segmentos da sociedade;

III- Oferecer ao parlamentar e aos munícipes subsídios para o desempenho da missão do Poder Legislativo, o pleno funcionamento das instituições e da democracia participativa;

IV- Oferecer aos parlamentares e funcionários, subsídio para a compreensão da missão do Poder Legislativo a fim de que exerçam de forma criativa, crítica e eficaz suas atividades;

V- Aprofundar a aproximação entre a Câmara Municipal e a Comunidade por meio de projetos de Educação Política e de mecanismos de participação



CONSELHEIRO PENA - MG Poder Legislativo

popular, visando o fortalecimento do Poder Legislativo como instrumento essencial do Estado Democrático e ao exercício pleno da cidadania;

VI-Coletar, avaliar, interpretar e manter dados e informações relevantes sobre

Município de Conselheiro Pena.

VII- Realizar e organizar a publicação de artigos, boletins, revistas, informativos e periódicos para divulgação dos resultados de estudos e pesquisas, além de outros relacionados com os objetivos da Escola do Legislativo;

VIII- Realizar parcerias com entidades, órgãos públicos, empresas, associações, institutos, ONGs, instituições científicas e educacionais, a fim de propor celebração de convênios de intercâmbio de informações e experiências

de interesse da Câmara;

IX- Integrar e atuar em conjunto com programas e iniciativas da Assembléia Legislativa, das Casas do Congresso Nacional e de outras Câmaras ou Legislativos, Tribunal de Contas e Escolas de Governo, propiciando a participação de servidores e parlamentares em suas iniciativas, cursos e eventos, promovendo a integração dos parlamentos e instituições públicas;

X- Propiciar e estimular aos parlamentares e aos funcionários a oportunidade

de complementar seus estudos em todos os níveis de escolaridade;

Art.5º- Dentre outras iniciativas, a Escola do Legislativo de Conselheiro Pena contará especificamente com dois programas básicos:

I- A Câmara Mirim;

II- O Parlamento Jovem de Minas .

Parágrafo Único: Iniciando os trabalhos da Escola do Legislativo em seu primeiro ano será implementada somente A Câmara Mirim na sede do município como projeto piloto. A partir do segundo ano de implantação A Câmara Mirim se estenderá aos distritos, e o Parlamento Jovem de Minas a todo o município.

Art.6º - O Programa Câmara Mirim tem os seguintes objetivos específicos:

I- Promover a educação para a cidadania entre os alunos do ensino fundamental das redes de ensino, desenvolvendo a consciência crítica e política, motivando a participação em processos coletivos de ação e decisão em seu meio;

II-Atribuir conhecimentos básicos do processo legislativo, de políticas públicas

e da atividade de representação parlamentar;

III-Capacitar os jovens adolescentes, principalmente alunos de nono ano do ensino fundamental em seu primeiro ano de implantação, para que estes mobilizem o Parlamento Jovem a partir do segundo ano de existência da Escola do Legislativo.

IV-Proporcionar situações em que os alunos, representando as figuras dos Vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões da

cidade ou de determinados grupos sociais.

V- Sensibilizar professores, funcionários e pais de alunos para participarem do programa Câmara Mirim e apresentarem sugestões para o seu aperfeiçoamento.



CONSELHEIRO PENA - MG Poder Legislativo

Art.7º- O Programa Câmara Mirim é uma parceria da Câmara Municipal de Conselheiro Pena com as Escolas Estaduais, Municipais e Particulares de Ensino Fundamental - Anos Finais (sexto ao nono anos) e contará com a participação paritária de alunos de cada escola inscrita, levando-se em consideração sempre o número de vereadores da Câmara Municipal podendo atingir o limite máximo de 13 vereadores mirins a cada legislatura.

§1º- No primeiro ano de implantação, o Projeto Piloto contará com 4 escolas de Ensino Fundamental (anos finais – sexto ao nono anos)da sede do município e cada escola poderá eleger 3 vereadores mirins, e aquela com maior número de votantes elegerá 4. O número de vereadores mirins que cada escola poderá eleger a cada Legislatura dependerá sempre do número de

escolas inscritas para o Projeto a cada ano.

§2º- Cada escola participante deve indicar todo ano 2 profissionais que integrarão o grupo de operacionalização do programa, juntamente com a equipe da Escola do Legislativo da Câmara Municipal.

Art.8º - Após o processo de mobilização em todas as escolas sobre o Programa "Câmara Mirim" que deverá ser realizado sempre nos meses de fevereiro e março, cada turma de sexto ao nono anos do ensino fundamental de cada escola, deverá indicar seu representante para concorrer ao cargo de Vereador Mirim por sua escola.

§1º- A idade mínima para ser Vereador Mirim será de 12 anos , ou completar 12 anos até o dia 30 de junho do corrente ano da legislatura que se pleiteia.

§2º- Estar regularmente matriculado e frequentando assiduamente as aulas na escola.

§3º- O período de cada legislatura será de um ano, iniciando com a Cerimônia de Posse, e encerrando no ano seguinte por ocasião da Posse da nova Câmara Mirim.

§4º- Em caso de empate para ocupação de vagas do cargo de vereador mirim. em cada escola, o desempate será feito sucessivamente levando-se em consideração:

I- A frequência e assiduidade às aulas ;

II- Melhor média

III- Idade maior

Art.9º – O Vereador Mirim exercerá mandato de um ano, podendo ser reeleito por mais um mandato.

Art.10 - O programa será operacionalizado conjuntamente entre a Câmara Municipal e seus parceiros nas seguintes condições :

I- Elaboração do projeto pedagógico a ser trabalhado pela equipe da Escola do

Legislativo a cada Legislatura;

II-Estabelecimento de Calendário de Visitas às escolas por grupo de vereadores e servidores da Câmara que se dispuserem livremente a participar, de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico;

III-Realização da mobilização e eleição em cada escola;



CONSELHEIRO PENA - MG Poder Legislativo

IV-Os temas das palestras para a Câmara Mirim poderão ser diversificados ficando entretanto obrigatório os seguintes :

a- História da Câmara Municipal de Conselheiro Pena;

b- Apresentação do perfil dos Vereadores e funcionamento da Câmara;

c- Técnica e processo legislativo;

IV- Realização de Sessão Especial com os Vereadores Mirins, para diplomação dos eleitos e entrega de certificados de participação aos demais candidatos;

V- Uma reunião mensal dos Vereadores Mirins na Câmara Municipal, de preferência na última semana de cada mês a partir da posse dos vereadores mirins.

VI- Presença dos Vereadores Mirins nas reuniões ordinárias da Câmara Municipal sempre que possível.

Art.11- Fica a Mesa Diretora autorizada a contratar serviços de terceiros, para apoio e execução do programa, sempre que houver necessidade de recorrer a serviços especializados.

Art.12- A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Conselheiro Pena segue as diretrizes e cronograma do "Programa Parlamento Jovem de Minas", que funciona sob a Coordenação-Geral da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio da Escola do Legislativo e, a partir de 2018, realizar-se-á em três etapas:

a)**etapa municipal**, que se desenvolve no primeiro semestre, nos municípios, em parceria com as câmaras municipais, que se responsabilizam pela coordenação local;

b)etapa regional, é coordenada por Polos onde a Câmara do Município é inserida;

c)etapa estadual, que é coordenada pela Escola do Legislativo/ALMG e realizada em três dias, sendo o último na sede do Legislativo estadual mineiro, em Belo Horizonte, com representantes de todos os municípios participantes.

Art.13–O PJ Minas tem como fim propiciar aos estudantes do Ensino Médio, espaço para reflexão sobre o papel do Poder Legislativo e sobre a importância da participação política em uma sociedade democrática, por meio do estímulo ao debate, à pesquisa, à negociação e à realização de escolhas em situações práticas, no contexto do Parlamento, para que exerçam a cidadania, no sentido de serem propositivos e de se tornarem cidadãos mais conscientes de seu papel.

Art.14 - A Câmara Municipal têm autonomia para conceber e elaborar as ações que serão desenvolvidas nessa Etapa, mas deve manter uma identidade com as ações dos demais municípios, respeitando os objetivos gerais do Programa, sua metodologia e seu cronograma de atividades. Isso significa incluir orientações e oferecer as seguintes atividades:

Atividades de formação e estudo concentradas no 1º semestre do ano.

I. Mobilização local das escolas públicas e privadas do Ensino Médio.

II. Fidelidade ao tema de cada edição.



CONSELHEIRO PENA - MG Poder Legislativo

- III. Preparação para receber uma visita técnica de trabalho da ALMG e da PUC Minas no 1º semestre.
- IV. Capacitação dos alunos do Ensino Médio.
- V. Elaboração de um documento com propostas de ação para o poder público municipal.
- VI. Realização de uma sessão final no Plenário da câmara municipal.
- VII. Participação na Etapa Regional.
- VIII. Participação na Etapa Estadual.

Art.15 - A participação no PJ proporciona aos jovens, como representantes da sociedade civil, a experiência de reflexão e de debate democrático sobre temas específicos, relacionados às necessidades e aos problemas de maior interesse da coletividade. Essa participação culminará com a apresentação de um conjunto de propostas de ação para o Poder Público, visando ao enfrentamento desses problemas. As propostas aprovadas em cada Câmara são consolidadas pelos municípios POLO para serem trabalhadas na Etapa Regional.

Art.16 - A Câmara Municipal, através da Escola do Legislativo, é responsável por definir a metodologia para a escolha dos estudantes que representarão o município na Etapa Regional, realizada no município POLO, e na Etapa Estadual, realizada em Belo Horizonte.

Art.17- As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.

Parágrafo Único -A Câmara Municipal garantirá todo o suporte para o funcionamento da Escola do Legislativo, podendo para tanto receber o apoio do comércio local para fins de financiamento de seus programas.

Art.18- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário José Laviola Matos , Câmara de Vereadores de Conselheiro Pena Em 04 de junho de 2017

Vereadora



CONSELHEIRO PENA - MG Poder Legislativo

JUSTIFICATIVA

" Quero trazer à memória o que me pode dar esperança..."

Nada pode trazer mais esperança aos nossos dias que educar nossos adolescentes e jovens para a Cidadania , ou porque não dizer para a Política. O objetivo desta Proposta de Resolução é resgatar o verdadeiro sentido da vivência democrática, através de uma estrutura de Escola que fortaleça e mostre à sociedade Conselheiro Penense o valor do Poder

Legislativo para consolidação da verdadeira democracia. É generalizada no Brasil a máxima de que a CORRUPÇÃO norteia nossas instituições políticas. É preciso reverter esta imagem com trabalho duro, sério e ético. A reflexão dentro das escolas de Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio, sobre o verdadeiro sentido da política e a importância de entendermos o funcionamento do processo democrático como ferramenta para uma sociedade mais justa e equitativa, fará com que não só alunos aprendam, mas nos permitirá a todos os envolvidos no processo, perceber que, os direitos de todos serão respeitados, exatamente quando todos souberem cumprir com seus deveres, como cidadãos de fato.

O grande objetivo da Escola do Legislativo, é que a reflexão sobre a atividade política que realizamos a todo momento, quando fazemos escolhas, seja norteada por valores éticos e morais, levando-se em consideração sempre o que é justo. Que nossos adolescentes, jovens aprendam através da jornada parlamentar, seja na Câmara Mirim ou no Parlamento Jovem que é preciso :

"Vigiar os pensamentos porque eles se transformarão em palavras; Vigiar as palavras , porque elas se transformarão em atos;

Vigiar os atos, porque eles se transformarão em hábitos;

Vigiar os hábitos, porque são eles que determinam o nosso caráter E o nosso caráter é o nosso destino." (Teócrito - VII a.C.)